

CORREIO NACIONAL

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Medidas foram adotadas após laudos insatisfatórios

Anvisa suspende vendas de azeite, molho e polpa de fruta

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento de lotes de polpa de frutas, champignon em conserva e molho de alho de três marcas diferentes, por apresentarem resultados insatisfatórios em laudos emitidos por laboratórios públicos.

Além disso, foi identificada a comercialização de um azeite de origem desconhecida e fora dos padrões estabelecidos, com ordem pela apreensão e sus-

pensão total das vendas.

As medidas sanitárias constam em uma resolução publicada nesta segunda-feira (7), no Diário Oficial da União (DOU).

A polpa de fruta de morango da marca De Marchi teve o lote 09437-181 (com validade até 01/11/2026) recolhido, após o resultado inconsistente no ensaio realizado em matéria estranha, conforme laudo de análise emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina (Lacen/SC).

Anvisa alerta sobre uso do formol

A Anvisa publicou, na segunda, um informe de segurança alertando sobre os riscos à saúde e aos cabelos relacionados ao uso de alisantes capilares, especialmente os que contêm substâncias proibidas, como o formol, ou formaldeído, e o ácido glicólico. Os produtos irregulares podem causar

desde irritações na pele até problemas respiratórios e danos irreversíveis à estrutura capilar.

O documento destaca que, atualmente, o formol é permitido em produtos cosméticos no Brasil apenas como conservante, em concentrações de até 0,2%, e como endurecedor de unhas, até 5%.

Isenção da taxa de inscrição

O prazo para que os interessados peçam a isenção da taxa de inscrição da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) terminará às 23h59 (horário de Brasília) desta terça-feira (8).

O pedido de gratuidade no CNU 2025 deve ser feito online, no momento da inscrição, exclusi-

vamente no sistema da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com login único da conta no portal do governo federal, o Gov.br.

O endereço eletrônico da banca examinadora do certame é o mesmo para anexar a documentação que comprove as situações que dão direito à gratuidade.

Contrabando de imigrantes

Uma operação da Polícia Federal deflagrada na terça, na capital paulista, desarticulou uma organização criminosa especializada no contrabando de imigrantes. Chamada de VAR, a ação contou com o apoio da Coordenação-Geral de Imigração Laboral, do Ministério da Justiça e de órgãos

internacionais, por meio de cooperação com a Homeland Security Investigations.

De acordo com a Polícia Federal, as investigações identificaram que esse grupo criminoso promovia a entrada ilegal de estrangeiros no Brasil por meio de pedidos fraudulentos de residência.

Isenção da taxa na PND

Os participantes da primeira edição da Prova Nacional Docente (PND) que tiveram o pedido de isenção da taxa de inscrição negado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) já podem entrar com recurso da decisão até sexta.

Os resultados das solicitações foram publicados pela autarquia federal, na segunda, na página do participante com login da plataforma Gov.br. A interposição do recurso deve ser feita exclusivamente pelo Sistema PND com o novo envio da documentação

Inscrições para o Enamed

Concluintes de graduação em medicina inscritos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e demais interessados podem se inscrever para o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) exclusivamente pelo Sistema Enamed. As provas serão

aplicadas no dia 19 de outubro e vão considerar conteúdos, habilidades e competências das áreas de clínica médica; cirurgia; ginecologia e obstetrícia; pediatria; medicina da família e comunidade; saúde coletiva e, de maneira interdisciplinar, da área de saúde mental.

Governo quer CNU como política permanente

Ideia é que concurso seja feito a cada dois anos a partir de 2027

Tânia Rêgo/Agência Brasil

O governo federal está trabalhando para que o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) se torne uma política permanente de Estado. A informação é da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

“Nossa ideia é que a gente possa deixar tudo pronto para que essa política se torne uma política permanente”, disse na manhã desta terça-feira (8), em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministra.

“A gente está trabalhando com essa lógica que se torne, de fato, uma política permanente. Mas, obviamente, depende. A gente não terá em 2026. A gente fez em 2025 justamente porque 2026 é um ano eleitoral e tem muito mais restrições nessa área de concurso.”

Segundo a ministra, a proposta é seguir um caminho similar ao do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). “Faz a primeira edição, aperfeiçoa pra próxima. Aperfeiçoa até que, em um momento, ele fica tão tranquilo que você entra num certo voo de cruzeiro, tranquilo pra permanecer”.

Para que isso ocorra, Esther Dweck falou da parceria com a



A informação é da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck

Escola Nacional de Administração Pública: “A decisão nossa foi justamente, nessa edição do CPNU 2, chamar a Enap para estar mais próxima na execução do concurso”, explicou.

“A Enap agora é quem fez a contratação da banca e assumiu a execução do concurso – obviamente, em parceria muito forte com o ministério [da Gestão e Inovação] que é, digamos assim, o gestor da política.”

Segundo a ministra, a ideia é que o concurso unificado

ocorra periodicamente, a cada dois anos.

“A gente espera que, a partir de 2027, ele volte e tenhamos novas edições. A ideia de ser bianual seria uma ideia bem razoável, de dois em dois anos. O ideal para o serviço público são concursos com menos vagas para cada área, mas obviamente somadas muitas vagas, e de forma mais perene e mais frequente, pra que a gente não tenha grandes choques de gerações.”

Ainda no âmbito do

CPNU, a ministra Dweck disse que a pasta está em diálogo e presta esclarecimentos junto ao Ministério Público Federal (MPF) que, na semana passada, pediu a suspensão imediata da segunda edição concurso.

Em janeiro, o MPF recomendou a suspensão da divulgação dos resultados finais da primeira edição do certame até que falhas no cumprimento de regras relativas a cotas raciais previstas na legislação brasileira fossem resolvidas.

MEC: adesão de 1,5 mil municípios

Tomaz Silva/Agência Brasil



CNU dos Professores terá a participação de 22 estados

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta segunda-feira (7) que 1.508 redes de ensino municipais e 22 estaduais aderiram à Prova Nacional Docente (PND), o que corresponde a 81,48% dos estados.

Aderiram à iniciativa as redes de ensino dos seguintes estados: Acre, Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

A prova será aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 26 de outubro.

O período de inscrição vai de 14 a 25 de julho, exclusivamente, pelo Sistema PND, com o número do CPF, data de nascimento, endereço de e-mail e número de telefone fixo e/ou celular válidos.

Os interessados em fazer a prova podem conferir a lista pre-

liminar divulgada pela pasta com os nomes dos municípios que manifestaram interesse em participar da PND.

Em uma rede social, o ministro da Educação, Camilo Santana, declarou que esta é uma grande oportunidade para os professores concorrerem a uma vaga nas redes públicas de ensino em todo o Brasil.

“Uma prova nacional que vai servir de pré-seleção para as seleções públicas para os professores da educação básica neste país.”

Além de estimular a realiza-

ção de concursos públicos e o aumento de professores efetivos nas redes de ensino, a Prova Nacional Docente tem o objetivo de contribuir para a formulação e a avaliação de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores.

“Precisamos criar uma cultura, nesse país, de reconhecer e valorizar a principal profissão, que é ser professor”, disse o ministro da Educação.

Até a próxima quinta-feira (10), as redes estaduais e municipais de educação devem

detalhar ao MEC a regulamentação do uso dos resultados da PND 2025 para o ingresso de professores no magistério de sua localidade em 2026.

O registro dos editais ou ato normativo das redes dos municípios e dos estados deve ser feito online pelo gestor educacional diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do governo federal.

O MEC preparou um tutorial com o passo a passo para que os responsáveis por este processo possam concluí-lo.

A PND faz parte do Programa Mais Professores para o Brasil.

Por meio do edital público, o Inep explica que a PND não é um concurso público, mas funciona como um processo independente do governo federal para contribuir na seleção de professores da educação básica pública, conduzida pela União e pelas secretarias de educação dos municípios, estados e do Distrito Federal.

STF

Buscas e apreensões em investigação emendas

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal a deflagrar, nesta terça-feira (8), uma operação de busca e apreensão contra um deputado federal e outros cinco investigados. Os mandados foram cumpridos no Distrito Federal e no Ceará.

A investigação, que tramita sob sigilo, apura o desvio de recursos públicos por meio de emendas parlamentares e fraudes em licitações envolvendo municípios cearenses.

Com aval da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro também autorizou o acesso aos dados telemáticos de celulares apreendidos.

STJ

Meia-entrada não se aplica a parques aquáticos

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a Lei da Meia-Entrada não pode ser imposta aos parques aquáticos. O colegiado negou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para impor ao Beach Park, de Fortaleza, a obrigação de assegurar aos estudantes o pagamento de metade do valor do ingresso.

O MPF ajuizou ação civil pública para obrigar o estabelecimento a cumprir a Lei 12.933/2013 – regulamentada pelo Decreto 8.537/2015 –, alegando que os eventos mencionados na lei não excluem as atividades desenvolvidas em local fixo e de forma permanente, como o Beach Park.

TCU

Seminário “Aviação civil: conquistas e desafios”

O Tribunal de Contas da União (TCU) promove, no dia 5 de agosto, das 9h às 18h, o seminário “Aviação civil: conquistas e desafios”. O evento será realizado no Auditório Ministro Pereira Lira, localizado no edifício sede do TCU, em Brasília. Os interessados podem se inscrever para participarem de forma presencial ou remota. Nos dois formatos, os inscritos receberão certificados de participação emitidos pelo Tribunal.

O seminário será dividido em três painéis diferentes. O primeiro deles será um balanço de realizações e uma síntese dos novos desafios do transporte aéreo no Brasil.

TCU

Rodovia que liga Mato Grosso e Pará em discussão

A otimização do contrato de Concessão da Via Brasil foi tema do Pannel de Referência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a Solução Consensual da Concessão da Rodovia BR-163/MT/PA, na última quarta-feira (2/7).

Especialistas se reuniram para discutir o contrato de concessão para a exploração do sistema da Rodovia BR-163, localizada entre Mato Grosso (MT) e Pará (PA), que liga Sinop (MT) a Itaituba (PA); e da Rodovia BR-230/PA e entroncamento da BR-163/PA, localizado no município de Itaituba, no Pará, ao início da travessia do Rio Tapajós, no distrito de Mirirituba (PA).